

# INVERSÃO LOCATIVA E SINTAXE DE CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Juanito Ornelas de Avelar  
(UNICAMP)

## RESUMO

Adotando pressupostos do Programa Minimalista (CHOMSKY 2000, 2001), este trabalho explora a hipótese de que o português brasileiro apresenta um padrão de inversão locativa em que constituintes preposicionados são realizados na posição sintática do sujeito. Algumas particularidades associadas a esses padrões serão analisadas como resultantes de propriedades da concordância sujeito-verbo, em contraste com o português europeu.

PALAVRAS-CHAVE: locativos preposicionados – concordância posição de sujeito – Caso – Programa Minimalista

## 1. Introdução

No português brasileiro, alguns verbos transitivos admitem que seu argumento externo seja antecedido de uma preposição locativa, como em (1)-(3) a seguir. Em princípio, essa variação poderia ser explicada pelo fato de, nas construções em questão, o argumento externo de *vender*, *gravar* e *servir* receber uma interpretação locativa, condição que autorizaria a introdução do argumento por uma preposição de valor igualmente locativo.<sup>1</sup>

- (1) a. *Aquela loja* vende livro.  
b. *Naquela loja* vende livro.
- (2) a. *O meu DVD* grava qualquer tipo de filme.  
b. *No meu DVD* grava qualquer tipo de filme.

- (3) a. *Esse restaurante serve todo tipo de salada.*  
 b. *Nesse restaurante serve todo tipo de salada.*

Para obter o mesmo significado que conferimos às sentenças em (b), falantes do português europeu recorrem ao pronome impessoal *se*, como em (4a) a seguir, ou à estratégia de indeterminação em que o verbo é flexionado na terceira pessoa do plural, como em (4b). Diante disso, não podemos radicar a variação em (1)-(3) apenas na identidade entre o valor da preposição e a interpretação do argumento externo. Se toda a história se limitasse a esse aspecto, o esperado seria que a mesma variação fosse observada no português europeu.

- (4) a. *Naquela loja se vende(m) livros.*  
 b. *Naquela loja vendem livros.*

Neste trabalho, adoto pressupostos da versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY 1995, 2000, 2001) para delinear uma hipótese que permita explicar por que a variação atestada em (1)-(3) é possível no português brasileiro. Dando continuidade ao trabalho de Avelar & Cyrino (2009), assumo que a ocorrência de sintagmas locativos preposicionados numa posição destinada a constituintes nominais sem preposição deve ser incluída entre os casos da alternância sintática que se convencionou chamar de *inversão locativa*. Análises desenvolvidas dentro de diferentes quadros teóricos tendem a argumentar que as sentenças resultantes de inversão locativa devem ser tratadas como construções em que um constituinte locativo (geralmente não-argumental) ocorre na posição gramaticalmente destinada (pelo menos, na situação mais comum) a um sujeito argumental.<sup>2</sup>

Explorando então a idéia de que sintagmas locativos preposicionados podem ocorrer na posição sintática do sujeito, vou sugerir que o contraste entre o português brasileiro e o português europeu no que diz respeito à variação em (1)-(3) deriva de particularidades da sintaxe de concordância em uma e outra variedade. Mais especificamente, vou propor que o paradigma flexional do português brasileiro “autoriza” relações de concordância (num sentido que irei precisar) entre o verbo e um locativo preposicionado.

O trabalho é assim dividido: na seção 1, apresento os testes a que Avelar & Cyrino (2009) recorrem para diagnosticar o estatuto de locativos preposicionados como elementos alocados na posição de sujeito; na

seção 2, abordo os pressupostos do Programa Minimalista que nortearão a análise; nas seções 3 e 4, argumento em favor da idéia de que os padrões de inversão locativa atestados no português brasileiro se devem a particularidades da sua sintaxe de concordância; na seção 5, apresento as considerações finais.

## 2. Padrões de inversão locativa no português brasileiro

Avelar & Cyrino (2009) mostram que, em construções como aquelas em (10)-(11) a seguir, o sintagma locativo preposicionado em posição pré-verbal comporta-se sintaticamente da mesma forma que sujeitos argumentais quando estes aparecem em posição pré-verbal. Para evidenciar esse comportamento, os autores recorrem a testes (apresentados a partir de 1.1) que permitem diagnosticar o estatuto de sintagmas locativos como sujeitos gramaticais (ou seja, como realizados na posição sintática de sujeito).<sup>1</sup>

(10) construções com verbos inacusativos e inergativos

- a. *Na festa* vai aparecer muita gente.
- b. *Naquele quarto* dorme criança.
- c. *Naquela fábrica* trabalha um amigo meu.

(11) construções com verbos tipicamente transitivos

- a. *Na loja do Pedro* não conserta sapato de couro.
- b. *Naquele fazenda* plantava beterraba.
- c. *Nas cidades do interior* não seqüestra tanto como nas grandes capitais.

### 2.1 Obrigatoriedade do constituinte locativo em contextos com sujeitos pós-verbais

Os dados de (a) em (12)-(14) a seguir mostram que o locativo preposicionado (doravante, PP<sub>LOC</sub>, em referência a *Locative Prepositional Phrase*) é opcional nos casos em que o sujeito argumental é pré-verbal; em contraste, nos casos (sem ancoragem contextual) em que o sujeito argumental é pós-verbal, como em (12b), ou quando não é manifesto, como em (13b)-(14b), a construção é mal-formada se o locativo não ocorrer (cf. (12c)-(14c)).<sup>2</sup>

- (12) a. (*Naquele quarto*) várias pessoas dormiram.
- b. \* Dormiu/Dormiram várias pessoas.

- c. *Naquele quarto* dormiu/dormiram várias pessoas.  
 (13) a. (*Naquele loja*) o Pedro vende todos os tipos de livro.  
 b. \* Vende todos os tipos de livro.  
 c. *Naquele loja* vende todos os tipos de livro.  
 (14) a. (*Nas cidades do interior*) o tráfico não seqüestra tanto (como nas grandes capitais).  
 b. \* Não seqüestra tanto (como nas grandes capitais).  
 c. *Nas cidades do interior* não seqüestra tanto (como nas grandes capitais).

Especificamente em (13b)-(14b), a má formação pode ser explicada pela não-saturação da grade temática de *vender* e *seqüestrar*, já que seu argumento externo não se encontra realizado. A mesma explicação, contudo, não pode ser aplicada à construção em (12a), uma vez que *dormir* é mono-argumental e, portanto, a ocorrência do sintagma nominal *várias pessoas* deve ser suficiente para saturar a sua grade temática. Considerando esses fatos, Avelar & Cyrino (2009) concluem que a presença do locativo é um requerimento gramatical, e não argumental/semântico: esse elemento ocupa a mesma posição que o sujeito argumental ocuparia se estivesse presente na sentença e/ou realizado na posição pré-verbal. Os fatos em (12)-(14) nos levam, portanto, a acreditar que o locativo “faz as vezes” do constituinte que corresponde ao sujeito argumental quando, por alguma razão, esse constituinte não está disponível para ocorrer na posição gramatical do sujeito.

## 2.2 Alçamento

Em construções com o verbo de alçamento *parecer*, o PP<sub>LOC</sub> não pode ser realizado imediatamente à esquerda do verbo infinitivo na oração encaixada, como mostram os exemplos em (a) de (15)-(16) a seguir, mas devem ser antepostos ao verbo da oração matriz.<sup>5</sup> Esse fato pode ser facilmente explicado se considerarmos que, assim como qualquer sintagma nominal alocado na posição de sujeito da oração infinitiva (ver os dados em (c)-(d)), o PP<sub>LOC</sub> também precisa ser alçado para a oração matriz quando se encontra na posição de sujeito do mesmo tipo de oração, conforme indicado em (17).

- (15) a. \* Parece *naquele shopping* trabalhar muita gente.  
 b. *Naquele shopping* parece trabalhar muita gente.  
 c. \* Parece *muita gente* trabalhar naquele shopping.

- d. *Muita gente* parece trabalhar naquele shopping.  
 (16) a. \* Parece *naquela loja* vender bastante sapato.  
 b. *Naquela loja* parece vender bastante sapato.  
 c. \* Parece *aquele funcionário* vender bastante sapato.  
 d. Aquele funcionário parece vender bastante sapato.  
 (17) [<sub>pp</sub> naquele shopping ]<sub>i</sub> parece [ t<sub>i</sub> trabalhar muita gente ]

### 2.3 Coindexação entre sujeitos de orações coordenadas

O sujeito nulo referencial de uma oração coordenada precisa, no português brasileiro, ser co-indexado ao sujeito da oração que corresponde ao primeiro membro da coordenação. Em (18a) a seguir, por exemplo, a categoria vazia (cv) que aparece na posição de sujeito da oração com *morar* deve ter o mesmo referente que o sujeito da oração com *trabalhar*.

- (18) a. [Muita gente]<sub>i</sub> trabalha naquela fábrica e cv<sub>i</sub> mora do outro lado da cidade.  
 b. \* Naquela fábrica trabalha [muita gente]<sub>i</sub> e cv<sub>i</sub> mora do outro lado da cidade.  
 c. [Naquela fábrica]<sub>i</sub> trabalha muita gente e ainda assim cv<sub>i</sub> vai contratar mais cem funcionários até o final do ano.

Contudo, se o sujeito da oração correspondente ao primeiro membro da coordenação for posposto ao verbo, a coindexação é bloqueada, resultando na agramaticalidade da construção: em (18b), o sujeito do primeiro membro da coordenação é posposto ao verbo, e a co-indexação com a categoria vazia na posição de sujeito da oração com *morar* não pode ser estabelecida. Observe-se que, se um PP<sub>LOC</sub> estiver realizado em posição pré-verbal dentro do primeiro membro da coordenação, a categoria vazia passa a ter o mesmo índice que ele: em (18c), a categoria vazia que aparece na posição de sujeito da oração com *contratar* deve ter o mesmo referente que o sintagma nominal interno ao PP<sub>LOC</sub> na posição pré-verbal da primeira oração (o sentido da segunda oração coordenada é equivalente a *Aquela fábrica vai contratar mais de cem funcionários até o final do ano*). Esse fato mostra que o locativo preposicionado em posição pré-verbal se comporta como um ocupante da posição gramatical de sujeito quando o sujeito argumental se encontra em outra posição.

## 2.4 Estatuto de foco e locativos pré-verbais

Segundo FERNANDEZ-SORIANO (1999), somente alguns tipos de verbos mono-argumentais admitem a ocorrência de PP<sub>LOC</sub> em posição de sujeito no espanhol. Dentre os fatos explorados pela autora, estão aqueles que dizem respeito ao contraste observado em (19) a seguir: sentenças em que verbos do tipo *faltar* e *sobrar* ocorrem com locativos pré-verbais e sujeitos pospostos podem ser apresentadas como respostas a uma pergunta do tipo *¿Qué pasa / pasó?*, mas não sentenças com o inacusativo *llegar* ou com o inergativo *rodar*.

- (19)
- a. - ¿Qué pasa / pasó?
  - b. - En esta casa *falta* café.
  - En esta classe *sobran* estudantes.
  - # Por la colina *rodó* el carrito del niño.
  - # A esta casa *llegaron* estudantes.

Para a autora, a explicação para esse contraste passa pelo fato de o PP<sub>LOC</sub> ocupar uma posição argumental nas construções com *faltar* e *sobrar*; nas outras, o PP<sub>LOC</sub> ocuparia a posição periférica de tópico, externa à posição gramatical de sujeito. Isso significa que aquelas sentenças, mas não estas, podem ser integralmente interpretadas como informação nova (foco) e, por isso, ser uma resposta à pergunta *¿Qué pasa/pasó?*. Ou seja, somente na posição de sujeito, mas não na de tópico, pode o PP<sub>LOC</sub> integrar uma resposta a essa pergunta.

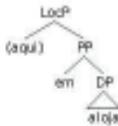
Os exemplos em (20) a seguir mostram que, em contraste com o espanhol, o português brasileiro autoriza a interpretação de foco com locativos pré-verbais tanto para sentenças inacusativas com verbos do tipo *chegar* quanto para sentenças com verbos inergativos e transitivos. Se a proposta de Fernandez-Soriano for válida, isso significa que o PP<sub>LOC</sub> deve estar na posição de sujeito, e não em uma posição periférica à esquerda (onde seria interpretado como tópico), em todos os casos a seguir.

- (20)
- a. - O que está/estava acontecendo? / - O que aconteceu?
  - b. - Na casa da Maria *'tá chegando* / *chegou* umas pessoas estranhas.
  - Na casa da Maria *'tá dormindo* / *dormiu* umas pessoas estranhas.
  - Naquela loja *'tava vendendo* / *vendeu* livros importados na semana passada.
  - No centro da cidade *'tá seqüestrando* muita gente.

### 3. Pressupostos

Nesta seção, apresento os pressupostos do Programa Minimalista que nortearão a análise sobre a ocorrência de PP<sub>LOC</sub> em posição de sujeito no português brasileiro. Vou assumir as configurações em (21), (22) e (23) a seguir para a arquitetura sintática da sentença, do sintagma nominal e do PP<sub>LOC</sub>, respectivamente.

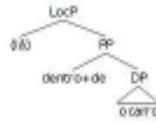
(21)



(22)



(23)

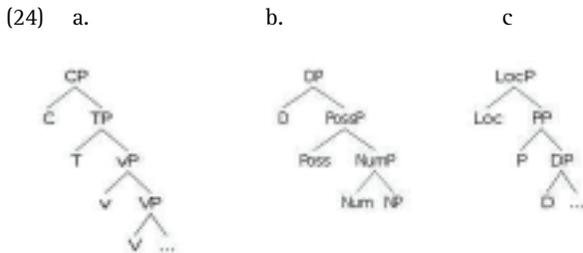


Em (21), o item C(omplementizador) corresponde ao núcleo de um CP (do inglês *Complementizer Phrase*); independentemente de ser ou não fonologicamente realizado, C deve estar presente em todas as sentenças finitas. O item T(empo) corresponde ao núcleo de um TP (*Tense Phrase*); é essa categoria que, em línguas como o inglês e o português, trazem os traços-f (número e pessoa) que precisam concordar com o sujeito da sentença. O item v(erbo leve) é a categoria funcional que nucleia o vP (*Verb Light Phrase*); dentre outras propriedades, v atribui um papel temático (agente, causador, experienciador etc.) ao argumento externo da oração. O item V(erbo) é uma categoria lexical que nucleia o VP (*Verbal Phrase*) e atribui papel temático ao(s) argumento(s) interno(s) da sentença. Vou assumir que, no decurso da derivação, V precisa se mover até v, e o complexo v+V até T.

Quanto ao sintagma nominal, cuja estrutura é representada em (22), sigo a idéia de que ele é nucleado pela categoria D(eterminante), independentemente de ser ou não fonologicamente realizada. Dessa forma, todo sintagma nominal será, aqui, tratado como um DP (*Determiner Phrase*), que traz em seu interior um NP (*Noun Phrase*) e, alternativamente, projeções relacionadas a expressões como posse (PossP) e quantificação (NumP).

Quanto aos locativos preposicionados, representado em (23), sigo AVELAR (2006), tratando-os como projeções nucleadas por pronomes adverbiais (do tipo *aqui*, *aí* e *lá*) que podem ser fonologicamente nulos

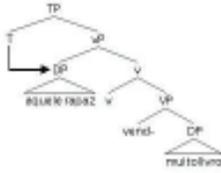
ou realizados. Esses pronomes correspondem à categoria que denomi-  
no Loc e, dessa forma, nucleiam um LocP (*Locative Phrase*). A projeção  
da preposição locativa (como *em*, *sobre* etc.) será tratada como comple-  
mento de Loc. Assim, sintagmas como (*aqui*) *na loja*, (*aí*) *sobre a mesa*  
ou (*lá*) *dentro de casa* correspondem a um LocP, configurando-se como  
em (24) a seguir, respectivamente: os pronomes adverbiais, nulos ou  
realizados, correspondem a Loc; as preposições, ao núcleo do PP  
conectado a Loc.



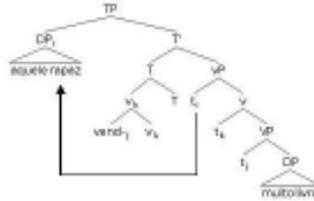
Quanto à concordância entre os traços-f de T (morfofonologicamente realizados junto do verbo) e o sujeito da ora-  
ção, vou assumir a operação *Agree*, nos termos de CHOMSKY (2000,  
2001), que se efetiva da seguinte forma: ao ser conectado à estrutura, T  
inicia uma sondagem em seu domínio de c-comando (o vP) para detec-  
tar um elemento que também apresente traços-f (comumente um DP);  
uma vez que o elemento seja detectado, seus traços-f valoram (são  
copiados em) os traços-f de T.<sup>1</sup>

Para uma sentença como *aquele rapaz vende livros*, a operação  
*Agree* é ilustrada em (25): o DP *aquele rapaz* é inserido como argumen-  
to externo em vP; ao ser conectado à estrutura, T inicia uma sondagem  
dentro do vP para valorar seus traços-f; essa sondagem detecta os tra-  
ços-f do DP (3ª pessoa, singular) e os copia em T. A operação seguinte  
deve ser o movimento do DP para a posição em que será conectado  
como especificador de T (doravante, [Spec,TP]). Seguindo BOSKOVIC  
(2007), assumo que o argumento externo precisa se mover até [Spec,TP],  
como indicado em (26), para receber Caso nominativo.<sup>7,8</sup>

(25)

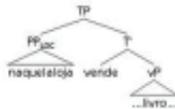


(26)

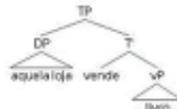


Dessa perspectiva, o que chamamos de posição do sujeito é [Spec,TP], para onde o DP se move a fim de ser casualmente marcado. É exatamente nessa posição que o PP<sub>LOC</sub> é licenciado, condição que o leva a apresentar as mesmas propriedades identificadas entre os sujeitos argumentais em posição pré-verbal. A representação de uma sentença como *naquela loja vende livro* deve ser aquela em (27a): o PP<sub>LOC</sub> é realizado em [Spec,TP], mesma posição na qual o DP *aquela loja* se encontra conectado em (27b).

(27) a.



b.



Na seção seguinte, vou me dedicar a duas questões que precisam ser adequadamente respondidas para dar sustentação a essa análise: (i) por que, diferentemente do observado no português brasileiro, a estrutura em (27a) não resulta em uma sentença bem formada no português europeu e (ii) que requisito gramatical autoriza a ocorrência de PP<sub>LOC</sub> em [Spec,TP]. Esta segunda pergunta se deve, em particular, ao fato de estarmos assumindo, juntamente com BOSKOVIC (2007), que o movimento de um sintagma para [Spec,TP] se dá para garantir a atribuição de Caso nominativo. Dado que a preposição locativa (bem como qualquer preposição) presente em PP<sub>LOC</sub> já é um atribuidor natural de Caso, precisamos determinar o que justifica a ocorrência desse sintagma preposicionado em posição de sujeito.

#### 4. O estatuto nominal de PP<sub>LOC</sub>

Na seção anterior, assumi que locativos preposicionados apresentam como núcleo um pronome adverbial que pode ser fonologicamente nulo ou realizado. Isso quer dizer que o núcleo do sintagma locativo não é a preposição à frente do PP<sub>LOC</sub>, mas o pronome adverbial que antecede a preposição: *(aqui) na sala, (aí) embaixo da mesa, (lá) na cidade*. Se esta idéia estiver correta, o locativo preposicionado deve ser tratado como um constituinte nominal, dado que os pronomes adverbiais são (por óbvio) categorias nominais. A par disso, é importante salientar que o pronome adverbial pode ser realizado sozinho na posição de sujeito, como nos casos em (a) de (28)-(29) a seguir, ou co-ocorrer, na mesma posição, junto do PP<sub>LOC</sub>, como nos casos em (b). Dentro do que estou sugerindo, o pronome adverbial também estará, como uma categoria nula, presente em (c).

- (28) a. *Lá* vende muitos livros.  
 b. *Lá no shopping* vende muitos livros.  
 c. *No shopping* vende muitos livros.  
 (29) a. *Aqui* dorme criança.  
 b. *Aqui nesse quarto* dorme criança.  
 c. *Nesse quarto* dorme criança.

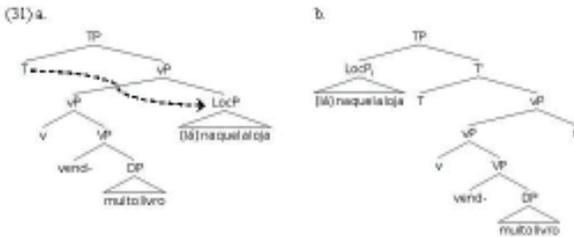
Por corresponder à projeção de uma categoria nominal, o sintagma locativo (LocP/PP<sub>LOC</sub>) não deve causar nenhum estranhamento quando em uma posição destinada a constituintes que precisam receber Caso. Da mesma forma, não causa surpresa que os traços-f de T possam concordar com LocP/PP<sub>LOC</sub>, dado que qualquer forma pronominal deve ser capaz de desencadear concordância. Há, contudo, um aparente contra-argumento para essa idéia, que envolve a possibilidade de o LocP/PP<sub>LOC</sub> ocorrer no final da sentença, como nas construções a seguir.

- (30) a. Vende muitos livros *(lá) naquele shopping*.  
 b. Dorme criança *(aqui) nesse quarto*.  
 c. Planta todos os tipos de legume *(aí) nessa fazenda*.  
 d. Estuda muita gente conhecida *(lá) na Unicamp*.

As construções acima parecem indicar duas coisas: (i) que o LocP/PP<sub>LOC</sub>, apesar de ser requerido para garantir a boa-formação da sentença, não é sempre realizado na posição gramatical do sujeito e

(ii) que, como não precisa ser realizado na posição gramatical do sujeito, não seria adequado associar sua ocorrência ao requerimento de Caso.

De fato, a posição em que o  $\text{LocP}/\text{PP}_{\text{LOC}}$  é realizado em (30) não pode ser tratada como a posição gramatical de sujeito. Contudo, considerando os pressupostos apresentados na seção 3, esse fato não invalida a análise que venho desenvolvendo. Uma vez que *Agree* é estabelecida à distância (ou seja, a interação entre os traços-f de T e os traços-f do DP se dá antes de o sujeito ser movido para [Spec,TP]), não há qualquer problema para que T estabeleça concordância com o  $\text{LocP}/\text{PP}_{\text{LOC}}$  quando este se encontra “fora” da posição esperada (aliás, o modelo determina que, para a concordância ser efetivada, o elemento não pode estar em [Spec,TP] – ver o esquema em (25)). Por apresentar uma natureza inerentemente adverbial (típica de constituintes em configuração de adjunção), vou considerar que o locativo é inicialmente adjunto de vP, como na representação em (31a) a seguir. Nessa posição, ele pode ser detectado pelos traços-f de T, que serão valorados com a marca de 3ª pessoa do singular (fato sobre o qual me detenho na seção 4). A estrutura em (31a), portanto, deve ser a que corresponde à situação em que  $\text{LocP}/\text{PP}_{\text{LOC}}$  está em posição final.



Dessa perspectiva, o movimento de  $\text{LocP}/\text{PP}_{\text{LOC}}$  para [Spec,TP], como em (31b), só é efetivado se o pronome adverbial (fonologicamente realizado ou nulo) entra na derivação requerendo que lhe seja atribuída uma marca de Caso. Em outras palavras, quando exige Caso, o movimento de  $\text{LocP}/\text{PP}_{\text{LOC}}$  para [Spec,TP] é desencadeado logo após a valoração dos traços-f de T; quando não exige,  $\text{LocP}/\text{PP}_{\text{LOC}}$  permanece *in situ*.<sup>1</sup>

As construções a seguir confirmam que pronomes adverbiais do tipo *aqui*, *aí*, *ali* e *lá* mostram um comportamento dúbio no que diz respeito à marcação de Caso: em vários contextos sintaticamente idênticos, esses itens podem ou não ser antecidos de uma preposição. Tendo em vista que preposições são atribuidoras de Caso, a variação claramente indica que pronomes adverbiais podem ocorrer com ou sem uma marca casual. Assim, a diferença entre (31a) e (31b) está associada ao fato de que, na primeira representação, o pronome adverbial que nucleia o  $\text{LocP/PP}_{\text{LOC}}$  não requer Caso; na segunda representação, a marcação de Caso é requerida, levando o constituinte a se mover para [Spec,TP].

- (32) a. Dei uma passada *aí*, e vi que você não estava.  
 b. Dei uma passada *por aí*, e vi que você não estava.
- (33) a. Eu liguei *lá*, mas ninguém atendeu.  
 b. Eu liguei *pra lá*, mas ninguém atendeu.
- (34) a. Os meninos precisaram ir *ali*.  
 b. Os meninos precisaram ir *até ali*.
- (35) a. Os bandidos fugiram *aí* dessa cadeia.  
 b. Os bandidos fugiram *dai* dessa cadeia.

Uma evidência em favor dessa análise vem das construções com verbo de alçamento apresentadas em (36)-(37) a seguir. As construções em (a) mostram que o  $\text{LocP/PP}_{\text{LOC}}$  e o argumento do verbo infinitivo podem ocorrer ao mesmo tempo em uma posição interna à oração encaixada. Contudo, quando um desses constituintes ocorre na posição pré-verbal da oração matriz, como nos casos em (b)-(c), há uma condição que precisa ser satisfeita: o outro constituinte precisa permanecer *in situ*; se for realizado na posição imediatamente anterior ao verbo infinitivo, como em (d)-(e), a construção resultante é agramatical.

- (36) a. Parece morar todas aquelas pessoas (*lá*) *naquela casa*.  
 b. Todas aquelas pessoas parecem morar (*lá*) *naquela casa*.  
 c. (*Lá*) *naquela casa* parece morar todas aquelas pessoas.  
 d. \* Todas aquelas pessoas parecem (*lá*) *naquela casa* morar.  
 e. \* (*Lá*) *naquela casa* parece todas aquelas pessoas morar.
- (37) a. Parece ter sido gravado algum filme (*aqui*) *no meu DVD*.  
 b. Algum filme parece ter sido gravado (*aqui*) *no meu DVD*.  
 c. (*Aqui*) *no meu DVD* parece ter sido gravado algum filme.

- d. \* Algum filme parece *(aqui)* no meu DVD ter sido gravado.
- e. \* *(Aqui)* no meu DVD parece algum filme ter sido gravado.

O contraste de (a)gramaticalidade entre (b)-(c) e (d)-(e) nas construções acima pode ser facilmente explicado se for assumido que o movimento para [Spec,TP], seja do LocP/PP<sub>LOC</sub>, seja do DP argumental, é determinado pela necessidade de atribuição de nominativo. Dessa forma, o DP ou o LocP/PP<sub>LOC</sub> se move para o [Spec,TP] da oração encaixada infinitiva (como ilustrado em (38a) e (38b) a seguir, respectivamente) para receber sua marca de Caso; como orações infinitivas em estruturas de alçamento não são capazes de atribuir nominativo, o constituinte precisa se mover até o [Spec,TP] da oração matriz, onde esse Caso é atribuído. Isso significa que, quando um constituinte é movido para o [Spec,TP] da oração encaixada, o outro constituinte não pode “roubar a vez” e se mover até o [Spec,TP] da oração matriz, como ilustrado em (38c)-(38d): se isso acontece, o constituinte “estacionado” na oração encaixada não consegue receber Caso. Em outras palavras, o LocP/PP<sub>LOC</sub> não pode requerer Caso nominativo quando o DP argumental também o exigir (e vice-versa).



### 5. Simplificação do paradigma flexional no português brasileiro

Resta, agora, abordar questão sobre o porquê de o português europeu não admitir a alternância a seguir, em que o sintagma em posição de sujeito é antecedido da preposição.

- (39) a. *Aquela loja* vende livro.  
 b. *Naquela loja* vende livro.

Dentro do que venho assumindo até aqui, a variação atestada em (39) não é, a rigor, entre a ausência e a presença da preposição no constituinte em posição de sujeito, mas entre um sintagma nominal que se realiza na forma de um DP (*aquela loja*), e outro que se realiza como a projeção de um pronome adverbial dêitico sem realização fonológica, o que estou chamando de LocP. Ou seja, é apenas superficialmente que o sintagma *naquela loja* é diretamente introduzido por uma preposição; na computação sintática, esse sintagma é introduzido por um pronome adverbial que não apresenta realização fonológica.

A questão não deve, portanto, ser formulada no sentido de indagar sobre a razão de o português europeu não admitir um sintagma locativo preposicionado em posição de sujeito, mas sobre o porquê de a gramática de seus falantes não licenciar, em tal posição, um constituinte nucleado por pronome adverbial. Considerando-se, aliás, que o português europeu igualmente rejeita as construções em que o LocP/PP<sub>LOC</sub> é realizado em posição final, como naqueles casos apresentados em (30), a indagação sequer deve tomar como base uma possível diferença relacionada à satisfação do requerimento de Caso em [Spec,TP]. Vou sugerir que a questão adequada deve ser formulada nos seguintes termos: por que a categoria T no português europeu não consegue, para efeitos de *Agree*, interagir com LocP? Ou, de outra forma, por que os traços-f de T podem estabelecer relação de concordância com o pronome adverbial dêitico no português brasileiro, mas não no português europeu?

Uma possível resposta a essa questão passa pelas diferenças entre os paradigmas da flexão verbal no português brasileiro e no português europeu, fato largamente discutido na literatura sobre os contrastes entre as duas variedades.<sup>1</sup> Como vemos em (40)-(42), o português brasileiro apresenta um paradigma flexional empobrecido em relação ao do português europeu: neste, há distinção para as três pessoas do discurso no singular e no plural; naquele, essa distinção um-a-um não é observada. Ressalte-se que, em variedades mais populares do português brasileiros, a única distinção estabelecida é para a flexão do verbo na primeira pessoa do singular, fato observado até mesmo na fala de indivíduos com alta escolaridade.

(40)	português europeu	eu canto, tu cantas, ele canta, nós cantamos, vós cantais / vocês cantam, eles cantam
(41)	português brasileiro (culto)	eu canto, você/ta canta, ele canta, a gente canta / nós cantamos, vocês cantam, eles cantam
(42)	português brasileiro (popular)	eu canto, você/ta canta, ele canta, a gente/nós canta, vocês canta, eles canta

Dentre os aspectos que chamam a atenção no paradigma do português brasileiro está o uso da flexão característica de terceira pessoa do singular (na verdade, um índice fonologicamente nulo) para marcar, no padrão culto, a concordância do verbo com um sujeito de segunda e terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural; e, no padrão popular, o uso da mesma flexão para marcar a concordância do verbo com todas as pessoas, exceto com a primeira no singular. Podemos, diante disso, explorar a idéia de que a flexão característica de terceira pessoa do singular não abarca, no português brasileiro, o traço correspondente a número, mas apenas ao traço de pessoa.<sup>1</sup> Em termos da presença de traços- $\phi$  em T, essa idéia pode ser estabelecida da seguinte forma: no português brasileiro, os traços- $\phi$  de T apresentam uma versão defectiva (T<sub>DEF</sub>), na qual o traço de número está ausente, fato que morfológicamente se traduz numa distinção entre uma marca para a primeira pessoa (*eu canto*) e outra para todas as demais pessoas (*tu/você canta, ele canta, nós/a gente canta, vocês canta, eles canta*). No português europeu, ao contrário, os traços- $\phi$  de T são sempre completos, o que se traduz na manifestação de um paradigma flexional com distinção para as três pessoas no singular e no plural.<sup>2</sup>

É plausível supor que essa diferença no paradigma flexional tenha conseqüências sobre a determinação do tipo de categoria que pode interagir com os traços-f de  $\phi$  na operação *Agree*. No português europeu, T precisa detectar uma categoria que apresente traços de número e pessoa, de modo a garantir que o seu conjunto de traços- $\phi$  seja integralmente valorado; na ausência dessa categoria com traços- $\phi$  completos, a concordância não será efetuada, resultando no fracasso da derivação. No português brasileiro, ao contrário, é suficiente para T<sub>DEF</sub> interagir com uma categoria que só apresente a marca de pessoa. Esse é exatamente o caso dos pronomes adverbiais que, pela minha hipótese, nucleiam o LocP/PP<sub>LOC</sub>: tais pronomes trazem codificado apenas a marca de pessoa (a terceira), mas não de número, o que se evidencia pela

impossibilidade da sua realização no plural (*\*aquis, \*áis, \*alis, \*lás*).

Em suma, os fatos sugerem que LocP/PP<sub>LOC</sub> pode estabelecer relações de concordância com T no português brasileiro porque a gramática dessa língua dispõe de uma versão defectiva de T, na qual está presente apenas o traço de pessoa; no português europeu, dada a inexistência de T<sub>DEF</sub>, a concordância com LocP/PP<sub>LOC</sub> não pode ser estabelecida. Tal particularidade permite explicar por que o português brasileiro, mas não o português europeu, admite construções do tipo *(lá) naquela loja vende livros*.

## 5. Considerações finais

À luz de pressupostos do Programa Minimalista, a análise desenvolvida neste trabalho sugere que pelo menos dois fatores são relevantes para explicar os padrões de inversão locativa no português brasileiro: (a) sintagmas locativos preposicionados são, nessa língua, projeções de um pronome adverbial dêitico (e não de uma preposição) e, nessa condição, se configuram como constituintes nominais e (b) a versão de T com traços-f defectivos (T<sub>DEF</sub>) permite a um sintagma cujo núcleo só apresente o traço de pessoa (no caso, o pronome adverbial dêitico) determinar a concordância sujeito-verbo. Uma vez que, diferentemente do português brasileiro, a gramática do português europeu não dispõe de T<sub>DEF</sub>, os falantes dessa língua não produzem construções em que pronomes adverbiais (e, por extensão, sintagmas locativos preposicionados) estabeleçam relações de concordância com o verbo.

Em pesquisas futuras, essa análise poderá contribuir para a descrição de outros padrões de alternância sintática observados no português brasileiro, geralmente atribuídos a um estatuto de língua com proeminência de tópico ou voltada para o discurso (PONTES 1987, NEGRÃO 1999).<sup>3</sup> Um deles, por exemplo, diz respeito a casos em que constituintes preposicionados não-argumentais perdem a preposição e são realizados em posição pré-verbal, concordando com o verbo, como em *Esses carros cabem apenas uma pessoa dentro* (em lugar de *Cabe apenas uma pessoa dentre desses carros*), *As cidades do litoral paulista chovem muito* (em lugar de *Chove muito nas cidades do litoral paulista*) ou *Os dois carros furaram o pneu de trás* (em lugar de *O pneu de trás dos dois carros furou*). Construções desse tipo podem ter emergido no mesmo pacote das mudanças que teriam conduzido aos padrões de inversão locativa apresentados neste trabalho.

## ABSTRACT

Adopting the Minimalist Program framework (CHOMSKY 2000, 2001), this paper suggests that, in Brazilian Portuguese, sentences with a locative prepositional phrase in preverbal position can be characterized as instances of locative inversion in which prepositional constituents occupy the grammatical subject position. It will be proposed that particularities involving the patterns of locative inversion in Brazilian Portuguese derive from properties of the subject-verb agreement in this language.

KEY WORDS: locative prepositional phrases – agreement – subject position – Case – Minimalist Program

---

Recebido em 06/04/09

Aprovado em 30/04/09

## REFERÊNCIAS

AVELAR, J. *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. On the emergence of “ter” as an existential verb in Brazilian Portuguese. In: CRISMA, P. & LONGOBARDI, G. *Historical syntax and linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009a.

\_\_\_\_\_. The comitative-copular basis of possessive-existential constructions in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (org.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Amsterdam: John Benjamins, p. 139-160, 2009b.

\_\_\_\_\_. & CYRINO, S. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. *Revista Lingüística*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade Porto, 2009/no prelo.

BELLETTI, A. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, n. 19, p. 1-34, 1988.

BOSKOVIC, Z. On the locality and motivation of move and agree: an even more minimal theory. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, n. 38, p. 589-644, 2007.

- BRESNAN, J. Locative inversion and the architecture of Universal Grammar. *Language*, Linguistic Society of America, n. 70, p. 72-131, 1994.
- \_\_\_\_\_. & KANERVA, J. Locative inversion in Chichewa: a case study of factorization in grammar. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, n. 20, p. 1-50, 1989.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D. & URIAGEREKA, J. (orgs.). *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 89-155, 2000.
- \_\_\_\_\_. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (org.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 1-52, 2001.
- CULICOVER, P. & LEVINE, R. Stylistic inversion in English: a reconsideration. *Natural language and linguistic theory*, Kluwer Academic Publisher, n. 19, p. 283-310, 2001.
- DEMUTH, K. & MMUSI, S. (1997) Presentational focus and thematic structure in comparative Bantu. *Journal of African Languages and Linguistics*, de Gruyter, n. 18, p. 1-19, 1997.
- DUARTE, E. *A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 1995.
- FERREIRA, M. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado, IEL/Unicamp, 2000.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver. D.E.L.T.A., São Paulo, n. 14, p. 105-131, 1998.
- GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 387-408, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- KATO, M. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. & NEGRÃO, E. (orgs.). *The null subject parameter in Brazilian Portuguese*. Frankfurt: Vervuert - Latino Americana, p. 55-74, 2000.
- \_\_\_\_\_. The reanalysis of unaccusative constructions as existential in Brazilian Portuguese. *Revista do GEL*, São Paulo, número especial, p. 157-184, 2002.
- LEVIN, B. & RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- MARTEN, L. Locative inversion in Herero: more on morpho-syntactic variation

in Bantu. In: DOWNING, L.; MARTEN, L. & ZERBIAN, S. (orgs.). *Papers in Bantu grammar and description, ZAS papers in linguistics*, Berlin, 43, p. 97-122, 2006.

MARTINS, A. M. & NUNES, J. Syntactic change as chain reaction: the emergence of hyper-raising in Brazilian Portuguese. In: CRISMA, P. & LONGOBARDI, G. *Historical syntax and linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MENDIKOETXEA, A. Unergatives that 'become' unaccusatives in English locative inversion: a lexical-syntactic approach. In: COPY, C. & GOURNAY, L. (orgs.). *Point de vue sur l'inversion. Cahiers de recherche en grammaire anglaise de l'énonciation*. Tome 9. Paris: Editions Orphys, p. 133-155, 2006.

MOK, S. Locative inversion in Cantonese. *Kansas working papers in linguistics*, Kansas, n 17, p 115-157, 1992.

NEGRÃO, E. *Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese de Livre-Docência, FFLCH/USP, 1999.

\_\_\_\_\_. & VIOTTI, E. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: PETTER, M. & FIORIN, J. L. (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 189-203, 2008.

PONTES, E. *O tópico no português brasileiro*. Campinas: Pontes, 1987.

RODRIGUES, C. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In: LIGHTFOOT, D. (org.). *Syntactic effects of morphological changes*. Oxford: Oxford University Press, 160-178, 2002.

SALZMANN, M. D. *Theoretical approaches to locative inversion*. Dissertação de Mestrado, University of Zurich, 2004

FERNANDEZ-SORIANO, O. Two types of impersonal sentences in Spanish: locative and dative subjects. *Syntax*, Blackwell Publishers, n. 2, p. 101-140, 1999.

YIM, C. Locative inversion in Korean. *Studies in generative grammar, Korean Generative Grammar Circle*, n. 1, vol. 15, p. 17-27, 2005.

## NOTAS

<sup>1</sup> Sobre a detematização de verbos transitivos, ver FRANCHI, NEGRÃO & VIOTTI (1998) e NEGRÃO & VIOTTI (2008).

<sup>2</sup> Sobre a posição ocupada pelo constituinte locativo nas construções de inversão locativa, encaminho o leitor para trabalhos como os de BRESNAN 1994, BRESNAN & KANERVA 1989, CULICOVER & LEVINE 2001, DEMUTH & MMUSI

1997, FERNANDEZ-SORIANO 1999, LEVIN & RAPPAPORT HOVAV 1995, MARTEN 2006, MENDIKOETXEA 2006, MOK 1992, SALZMANN 2004, YIM 2005, dentre outros.

<sup>3</sup> Sobre o estatuto da ordem VS no português brasileiro, e sua relação com o parâmetro pro-drop, ver os trabalhos de KATO (2000, 2002).

<sup>4</sup> A meu ver, a concordância do verbo inacusativo ou inergativo com um argumento posposto (como em *Naquele quarto dormiram várias pessoas*) é artificial. Creio que, para a maioria dos falantes, essa concordância é aprendida via escolarização, e não por meio do processo natural de aquisição da língua, o que só um estudo mais sistemático poderá confirmar. A análise que vou delinear, portanto, pressupõe que, em termos de gramática internalizada, a construção natural é aquela em que o verbo é realizado na terceira pessoa do singular quando o sujeito (singular ou plural) se encontra posposto (*Naquele quarto dormiu várias pessoas*). Ver KATO (2002).

<sup>5</sup> O locativo pode aparecer na posição imediatamente anterior ao verbo infinitivo se recebe uma interpretação associada a foco contrastivo, como em *Parece, NAQUELA LOJA (E NÃO EM OUTRA), trabalhar muitas pessoas*.

<sup>6</sup> No quadro proposto em CHOMSKY (2000, 2001), a oposição entre traços interpretáveis e não-interpretáveis é crucial para o funcionamento do modelo: os traços interpretáveis entram na derivação já valorados (como os traços-f do DP), enquanto os não-interpretáveis entram sem qualquer valoração (como os traços-f de T). Não faço menção a essa oposição dentro deste trabalho, embora eu a esteja assumindo implicitamente ao considerar a idéia de que, para ser valorados, os traços-f de T (não-interpretáveis) precisam detectar uma categoria cujos traços-f (interpretáveis) estejam valorados.

<sup>7</sup> Em CHOMSKY (2000, 2001), o nominativo é atribuído ao DP como resultado da valoração dos traços-f de T em contato com os traços-f de D. O movimento do DP para [Spec,TP] se daria para satisfazer o traço EPP de T (entendido como um requerimento relacionado à necessidade de um núcleo ter um elemento na posição de especificador).

<sup>8</sup> Estou assumindo que o argumento posposto de verbos monoargumentais são marcados com Caso inerente partitivo, nos termos de BELLETTI (1988); quando realizados em [Spec,TP], ao contrário, esses elementos são marcados com o Caso estrutural nominativo. Sobre a atribuição de Caso acusativo a complementos de verbos transitivos, há um claro complicador: não é fácil sustentar a idéia de que, como na marcação do nominativo, o DP complemento precisa se mover até a posição de especificador de um núcleo atribuidor de Caso. Considerando ser a categoria v aquela que atribui acusativo, desconheço, até aqui,

qualquer trabalho que apresente evidências para a ocorrência de objetos em [Spec,vP] no português brasileiro. Vou deixar essa questão em aberto e assumir que, diferentemente do nominativo, o Caso acusativo pode ser atribuído à distância.

<sup>9</sup> Possivelmente, o LocP/PP<sub>LOC</sub> deve ser conectado em [Spec,vP] antes de se mover para [Spec,TP]. A possibilidade de ocorrência do quantificador flutuante *tudo* (associado ao sintagma locativo) entre o verbo auxiliar e o verbo principal sugere essa possibilidade: (i) *Aqui nessas loja(s) tudo vai vender livro importado* | *Aqui nessas loja(s) vai tudo vender livro importado*.

<sup>10</sup> Sobre o enfraquecimento da concordância no português brasileiro e suas consequências sobre as condições de licenciamento do sujeito nulo referencial, ver DUARTE (1995), GALVES (1996, 2001), FIGUEIREDO SILVA (1996), KATO (2000), FERREIRA (2000), RODRIGUES (2004), MARTINS & NUNES (2009), dentre outros.

<sup>11</sup> Ver GALVES (2001) para uma discussão sobre particularidades do traço de Pessoa no português brasileiro.

<sup>12</sup> Sobre consequências da presença de traços-f defectivos (ou incompletos) em T, ver FERREIRA (2000) e MARTINS & NUNES (2009).

<sup>13</sup> Em AVELAR (2009a,b), por exemplo, argumento que a emergência de *ter* como verbo existencial no português brasileiro também resulta de propriedades atreladas à sintaxe de concordância.